

OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO AMBIENTAL E GERENCIAMENTO COSTEIRO FRENTE AO AVANÇO DO TURISMO NA REGIÃO DA COSTA DOS COQUEIROS (BA)

Gabriela Pereira da Silva¹
Franciele Caroline Guerra²
Regina Célia de Oliveira³

INTRODUÇÃO

A Região da Costa dos Coqueiros, uma das 13 Zonas Turísticas do Estado da Bahia, definida pela Lei Estadual nº 13.265 (BAHIA, 2014), ganhou importância no contexto econômico regional e nacional muito antes da elaboração do zoneamento turístico, dado pelo processo de transição do coronelismo nordestino para a república, com a industrialização, a modernização de alguns setores da economia e o liberalismo econômico proposto no Plano Collor, a Cartilha neoliberal e a desestatização da economia brasileira. Foi observado o favorecimento da lógica de mercado internacional, operado pela venda de grandes loteamentos da região, sobretudo das praias do Litoral Norte e com isso a privatização de espaços com histórico de ocupação tradicional.

A abertura da economia brasileira para empresas estrangeiras do setor de turismo, lazer e eventos entre 1980 e 2006, impactou nos diversos processos socioespaciais marcantes nas paisagens naturais e antrópicas da região, trazendo cenários complexos onde a construção de empreendimentos imobiliários de alto padrão e observa-se grandes fluxos migratórios nas praias da região além de uma reorganização territorial que opera em favor da venda de loteamentos e precificação das praias, o que para alguns autores, representa uma relação elitizada de uso da natureza.

Santos (1959) relatou uma completa ausência de vida humana, uma extrema rarefação do povoamento e ao longo da faixa litorânea, a falta de um “cinturão verde” em contrapartida, a cidade que somava cerca de 600.000 habitantes (SANTOS, 1959, p.127). Sob uma escala de observação mais ampla, a ideia desses desertos humanos, como apresentado pelo autor se altera a medida que se elabora o pensamento da totalidade e das relações regionais, pois, a evolução urbana presente na Região da Costa dos Coqueiros está ligada, sobretudo, às forças atuantes na principal metrópole do Estado.

1 Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; g233918@dac.unicamp.br.

2 Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; fran.guerra94@gmail.com.

3 Professora Orientadora: Doutora, Departamento de Geografia - IG/UNICAMP - regina5@unicamp.br.

Haesbaert (2014, p. 32 – 33) compara autores da Geografia Regional que convergem sobre o tema ressaltando que esse é um “estudo integrador ou de síntese, a qual permite a percepção de uma coesão interna à região”. Baseado nessas interpretações e referências, Silva et al. (2008) afirma que a intensa expansão da malha urbana, impulsionada pela elaboração de projetos imobiliários em larga escala ao longo da costa baiana está produzindo um território de enclaves, chamado assim de guetos de luxo, onde os turistas são os devoradores de paisagens naturais e culturais, assim como mencionado por Krippendorf (2003). O desenvolvimento massivo desses territórios, pode criar eixos urbanizados desprovidos de uma lógica na existência da cidade e da capacidade de promover a interação sócio territorial (CLAVAL, 1981 apud SILVA, et al., 2008), além de serem territórios auto segregados e elitizados. Ainda para Silva et al. (2008, p.197) “a metropolização turística é o processo de expansão da região metropolitana centrada nas atividades de turismo, recreação e lazer, como reflexo dos intensos mecanismos de interação entre a metrópole e a nova área”.

O Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado da Bahia envolveu a criação de Áreas de Preservação Ambiental - APAs, delimitando áreas de potencial uso turístico e áreas de preservação e conservação ambiental, no entanto, as diretrizes desse documento não criaram subsídios suficientes para o Planejamento e Gestão Costeira em longo prazo, visto que historicamente dialogam diretamente com os interesses do capital no âmbito da apropriação da paisagem. Com isso, as proposições para a elaboração de planos de manejo integrado e gestão costeira nessa região perpassam por muitos desafios, considerando as características fundamentadas no processo de territorialização e metropolização impulsionada pelo contexto econômico do Brasil entre 1970 e 1992. Apesar das iniciativas como a criação de Áreas de Preservação Ambiental (APAs) pelo Plano de Desenvolvimento Turístico da Bahia, há desafios significativos no planejamento e gestão costeira. A Fundação OndAzul, com o Consórcio Intermunicipal da Costa dos Coqueiros, enfrenta lacunas estruturais e falta de participação local.

São muitas as possibilidades de discussão sobre o desenvolvimento turístico da Bahia, sobretudo da Região da Costa dos Coqueiros e do litoral, mas apesar disso, poucos são os estudos direcionados à compreensão das dinâmicas da paisagem frente aos impactos dessa atividade econômica no contexto histórico regional. Portanto, considera-se que a elaboração de mapas com dados atualizados, ofereçam subsídios para a construção de discussões de um planejamento integrado voltado aos sistemas ambientais em zona costeira. O trabalho analisou dados do censo demográfico da Região da Costa dos Coqueiros segundo o IBGE e discutiu a

atual organização do uso e ocupação da terra na região e como produto da análise bibliográfica e cartográfica, buscou a espacialização deles para discutir a organização e distribuição das classes atuais. Salienta-se que esse trabalho é produto da primeira parte da tese de doutorado e que terá maior robustez nas próximas etapas da proposta de Zoneamento Geoambiental da Região da Costa dos Coqueiros (BA).

MATERIAIS E MÉTODOS

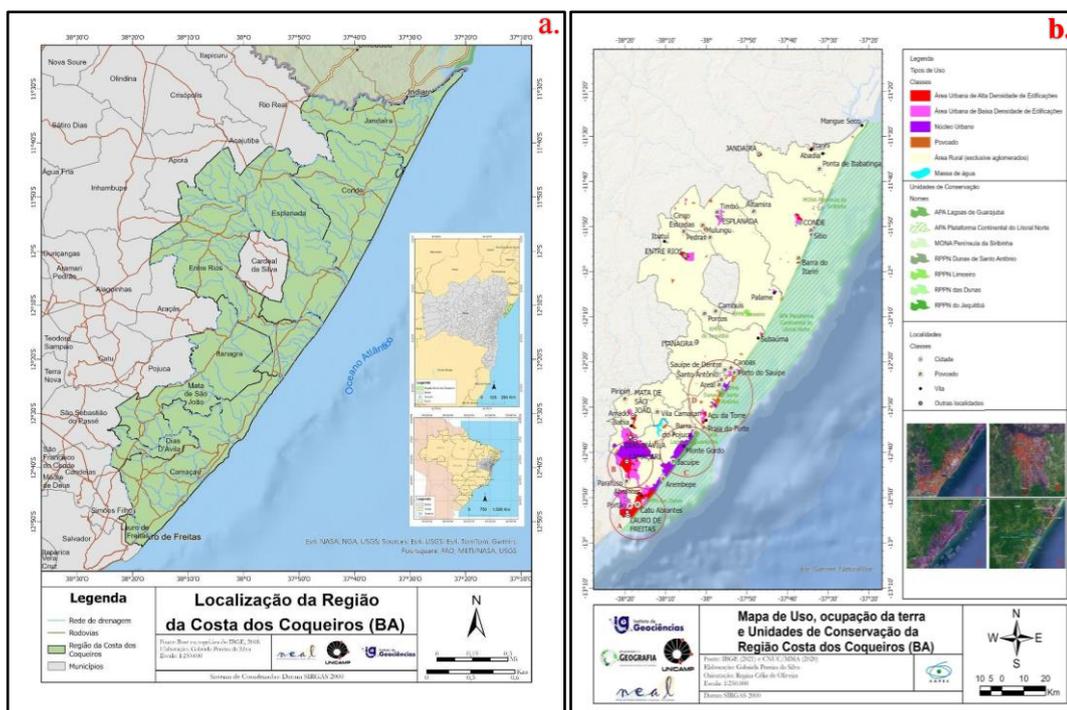
A Região da Costa dos Coqueiros (BA), localiza-se especificamente no litoral norte do Estado da Bahia (Figura 1a.) e integra um dos importantes vetores do turismo nacional, possuindo diversas áreas e classes de uso e ocupação da terra que desenvolvem-se em meio à toda dinâmica dos sistemas ambientais presentes. Com base na leitura bibliográfica da área, foi pensada a elaboração de um mapa integrado, considerando as classes de uso da terra e as Unidades de Conservação da natureza. Para isso foram coletados os dados do último censo demográfico do IBGE (2021), disponíveis publicamente em plataforma digital e alocados no banco de dados das Malhas de Setores Censitários. Esses foram baixados e trabalhados por meio do *software* ArcGIS Pro onde, primeiramente foi adicionada a base das Malhas de Setores Censitários por municípios, em formato KMZ, posteriormente convertidos em formato *shapefile* e reclassificadas conforme a cor e os nomes do dado primário orientado pela fonte da pesquisa. Foram coletados também os dados vetoriais das Unidades de Conservação (UC) em esfera nacional através da plataforma digital de consulta do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (<https://cnuc.mma.gov.br/map>) e extraídos os arquivos em formato *shapefile*, trabalhados também em ambiente SIG. Conforme o recorte de estudo, as UC's presentes na Região da Costa dos Coqueiros foram priorizadas e renomeadas de acordo com as nomenclaturas (siglas) definidas pela Lei nº 9.985 (BRASIL, 1998). Ao final, após a elaboração dos mapas, foram feitos todos os cálculos para a geração dos gráficos das áreas e a tabela para complementação da leitura do mapa síntese.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do exposto, os resultados do levantamento de dados e da elaboração do mapa síntese revelaram que a Região da Costa dos Coqueiros apresenta uma dinâmica de uso urbano e residencial muito recente, marcada pela modernização do setor industrial que em

meados de 1970 promoveu o desenvolvimento de emprego e renda, principalmente nos municípios de Camaçari, Lauro de Freitas, Mata de São João e Entre Rios e que com o seu declínio, passou-se a explorar o potencial turístico do litoral intensificando a entrada de multinacionais da rede hoteleira no Estado e movimentar a oferta de trabalho ligado ao setor de turismo. O mapa a seguir (Figura 1b.) apresenta as classes de uso da terra, a distribuição das vilas, cidades pequenas e povoados, bem como a localização das Unidades de Conservação delimitadas pelo MMA em 2020. A espacialização dessas informações revela uma particularidade da Costa dos Coqueiros dentre outras regiões do Estado, pois, como se pode observar no mapa (Figura 1b.) as classes Núcleo Urbano, Área Urbana de Baixa Densidade de Edificações e Área Urbana de Alta Densidade de Edificações, indicam uma heterogeneidade de uso e ocupação devido aos ciclos econômicos ocorridos ao longo da história, da infraestrutura urbana e das taxas de crescimento populacional na região.

Figura 1: a. Mapa de localização da Região da Costa dos Coqueiros (BA); b. Mapa de Uso, ocupação da terra e Unidades de Conservação da Região Costa dos Coqueiros (BA) – 2021.



Fonte: Autora.

Observa-se que as áreas classificadas como Núcleo Urbano, Área de Baixa Densidade de Edificações e Área de Alta Densidade de Edificações presentes nos municípios de Lauro de Freitas, Mata de São João, Dias d'Ávila e Camaçari encontram-se mais ao Sul da região,

ou seja, mais próximos da relação de uso da capital do Estado, Salvador. O uso e ocupação da terra é diversificados com predominância das áreas: Agrícolas, Urbanas e Povoados. A agricultura é dividida em familiar e empresarial, a primeira relacionada à produção de coco, banana entre outros alimentos e na agricultura empresarial em menor escala, com foco na produção de cana-de-açúcar e eucalipto para fins industriais. Nas áreas Urbanas estão distribuídas as cidades litorâneas as quais se mostram em franca expansão, impulsionadas pelo turismo e pela migração interna. As Vilas e Povoados estão concentradas no interior da região com características tradicionais e baixa densidade populacional. Além disso, existem as áreas turísticas, com predominância de áreas de resorts, hotéis, áreas de lazer e ecoturismo, ambas concentradas ao longo da costa, com grande impacto ambiental e social.

A tabela a seguir (Tabela 1) mostra as classes de uso e ocupação da terra definidas pelo IBGE (2021), disponível no banco de dados da Malha de Setores Censitários por município e foi feita a soma das áreas em cada classe: Área Urbana de Alta Densidade de Edificações, Área Urbana de Baixa Densidade de Edificações, Núcleo Urbano, Povoado e Área Rural (exclusive aglomerados) (IBGE, 2021).

Tabela 1: Classes de uso e ocupação da terra por setores censitários e soma da área – 2021.

| Nº | Classes | Setores censitários | Área (m ²) |
|----|-----------------------------------------------|---------------------|------------------------|
| 0 | Área Urbana de Alta Densidade de Edificações | 1083 | 16.795,46 |
| 1 | Área Urbana de Baixa Densidade de Edificações | 112 | 5.570,66 |
| 2 | Núcleo Urbano | 164 | 5.869,32 |
| 3 | Povoado | 102 | 3.121,95 |
| 4 | Área Rural (exclusive aglomerados) | 164 | 53.053,65 |

Fonte: IBGE (2021)

A conjuntura urbana da Costa dos Coqueiros denota a distribuição de diferentes modelos socioeconômicos e com infraestruturas distintas, em que reflete, sobretudo a diferença na caracterização das cidades, vilas e povoados. As Áreas com Alta Densidade de Edificações concentram-se principalmente no centro das cidades da região enquanto as Áreas Urbanas de Baixa Densidade de Edificações encontram-se nas adjacências ou entre os Núcleos Urbanos. Os gráficos a seguir, complementam a análise dessa distribuição e expõem, primeiramente no Gráfico 1a. a quantidade de setores censitários localizados em áreas urbanas, embora não seja dessa classe a maior extensão em área da Costa dos Coqueiros. O Gráfico 1b. mostra a área total de cada classe de uso da terra e expõe a disparidade entre uma classe e outra, onde a maior extensão está ligada à Área Rural, no entanto apenas 40% da sua

área é considerada rural, pois pode variar de acordo com a definição utilizada para delimitar a área rural. Nesse caso, a área rural é definida como aquela que não faz parte do perímetro urbano dos municípios ou para alguns estudos, são áreas com baixa densidade populacional e com predominância de atividades agropecuárias, mesmo que localizadas em perímetros urbanos.

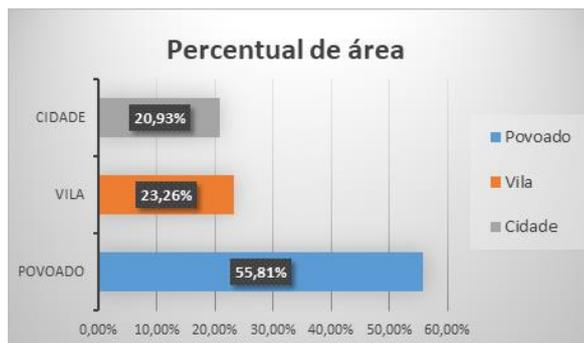
Gráfico 1: a. Setores censitários por classe de uso da terra; b. Soma da área em cada classe de uso da terra.



Fonte: Autora.

As áreas rurais da Costa dos Coqueiros estão concentradas principalmente nos municípios de Saubara, com 60% da área, Entre Rios, 55% e São Sebastião do Conde, com 45% da área. Os povoados são caracterizados por tamanho, atividades econômicas e infraestrutura básica, em geral possuem menos de 1.000 habitantes, estão localizados ao longo da costa, geralmente próximos às praias e rios, os povoados tradicionais desenvolvem a pesca, a agricultura familiar e o artesanato enquanto o turismo tem se desenvolvido especialmente em povoados localizados em praias consideradas com importante valor cênico. Em Arembepe, encontram-se povoados com belas praias e rica cultura afro-brasileira, em Imbassá estão os povoados com coqueirais e lagoas que servem ao turismo contemplativo e de contato com a natureza, outro povoado turístico muito conhecido na região está localizado na Praia do Forte, onde se desenvolvem projetos de conservação da fauna marinha, sobretudo com tartarugas marinhas. O Gráfico 2 reflete a porcentagem de área das classes: Povoado, Vila e Cidade, considerando a quantidade e a distribuição delas dentro do limite regional.

Gráfico 2: Porcentagem de área por classe: Povoado, Vila e Cidade.



Fonte: Autora, 2024.

O resultado dessa análise mostrou que as áreas classificadas como Povoados e Vilas têm grande importância para a identidade cultural da Região e também do Estado da Bahia dado à quantidade e a distribuição delas no território, do mesmo modo, as Unidades de Conservação mapeadas neste trabalho, precisam ser vistas como parte fundamental do equilíbrio ecossistêmico e não como fornecedores de belas paisagens que fomentam o turismo predatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa mostrou a importância do foco para a preservação ambiental e da identidade cultural no contexto regional do litoral norte da Bahia, pois o desenvolvimento da atividade turística tem sido um dos principais motores da economia após o último ciclo econômico da região, o que promove inúmeras transformações rápidas e sem o devido planejamento no território. São elencados alguns desafios a serem enfrentados para que na Costa dos Coqueiros as desigualdades sociais não sejam intensificadas, como: A expansão desordenada, marcada pela ocupação de áreas ambientalmente frágeis às quais geram problemas como poluição e desmatamento; Os conflitos por terra entre agricultores, comunidades tradicionais e empresas, o que exige medidas mais ativas para garantir o acesso justo a terra; A degradação ambiental ocasionada pelas atividades agrícolas sem planejamento, o turismo predatório e demais práticas inadequadas.

O Zoneamento Geoambiental é um importante instrumento de planejamento territorial e gerenciamento costeiro, pois define áreas adequadas para diferentes atividades desenvolvidas no território e conduz de forma mais dialética e sistêmica aos espaços de possível expansão. Por último, o maior desafio apontado nos resultados dessa pesquisa é o avanço do turismo e as transformações impostas por essa atividade econômica sobre a relação de uso e ocupação da terra pelas comunidades locais, é preciso minimizar os impactos

negativos do turismo e promover a melhoria da infraestrutura nessas comunidades que também se encontram em constante crescimento populacional.

Palavras-chave: Uso e ocupação da terra; Zonas Costeiras; Planejamento ambiental; Gerenciamento costeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão da bolsa para a pesquisa, ao Programa de Pós-graduação da Unicamp, ao Departamento de Geografia, ao Instituto de Geociências, à minha orientadora, Professora Dra. Regina Célia de Oliveira pelo apoio nas pesquisas e a todos os colegas do NEAL – Núcleo de Estudos Ambientais e Litorâneos.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. **Lei Estadual nº 13.265, de 14 de junho de 2014.** Define as zonas turísticas do Estado da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <https://www.licitacoes.ba.gov.br/legislacao/leis-estaduais>. Acesso em: 16 de ago. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 1998.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 15 de ago. 2024.
- CARVALHO, I.M.M., PEREIRA, G.C., orgs. **Como anda Salvador e sua região metropolitana** [online]. 2. ed. rev. and enl. Salvador: EDUFBA, 2008. 228 p. ISBN 85-232-0393-1.
- CHRISTALLER, W. **Some considerations of tourism location in Europe: the peripheral regions - underdeveloped countries – recreation areas.** In: Regional Science Association. XII Lundcongress. Papers. p. 95-105. 1963.
- CLAVAL, P. *La logique des villes.* Paris: Litec, 1981.
- HAESBAERT, R. C. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.** 2ªed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 210p. 2014.
- IBGE. **Malha de setores por municípios.** 2021. Disponível em: [https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_de_setores_censitarios__divisoes_intramunicipais/2021/Malha_de_setores_\(kmz\)_por_municipios/UF/BA/2915908_itanagra_setores_2021.kmz](https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_de_setores_censitarios__divisoes_intramunicipais/2021/Malha_de_setores_(kmz)_por_municipios/UF/BA/2915908_itanagra_setores_2021.kmz). Acesso em 04 de jun. 2024.
- KRIPPENDORF, J. **Die Landschaftsfresser.** Tourismus und Erholungslandschaft – Verderben oder Segen? Bern: Verlag Forschungsinstitut für Fremdenverkehr der Universität Bern, 1975.

SILVA, S. B. M; SILVA, B. C. N.; CARVALHO, S. S. **Metropolização e turismo no litoral norte de Salvador: de um deserto a um território de enclaves?**. 2. ed. rev. and enl. Salvador: EDUFBA, 2008. p.189 – p.211. <<http://books.scielo.org>>.